



Escusado dizer que a argumentação do autor, sempre rigorosa e bem fundada, é quase sempre convincente – refiro-me sobretudo às concepções de retribuição, «justiça» e sentido social e ecológico do Antigo Testamento. Num ponto e sem o saber, K. Koch foi antecipado por um exegeta português do século XVI e não apenas por K. H. Fahlgren (1932). Que certo número de termos, como *hat'at*, significam tanto a acção como a consequência dela disse-o Frei Jerónimo da Azambuja: «Accipitur frequentissime e sacris litteris peccatum pro peccati poena, quod in multis locis lectoribus negotium facit» (*Tertiusdecimus Canon de Commentaria in Mosi Pentateuchum*, Lisboa 1556, Antuérpia 1568, 1569, Lião 1586, 1688). Entre os exemplos, apresenta Gn 4,13; 2 Sam 12,12; Lam 4,6.

José Nunes Carreira

**ROLF RENDTORFF**, *Kanon und Theologie. Vorarbeiten zu einer Theologie des Alten Testaments*, Neukirchener, Neukirchen-Vluyn 1991. ISBN 3-7887-1382-8

Num momento em que se debate acesamente a pertinência de uma «teologia do Antigo Testamento» (escrevo em fins de Maio de 1994, a dois meses do simpósio de Lovaina, que promete uma intervenção do Autor no painel «Teologia do Antigo Testamento ou História da Religião Israelita?»), apresento ao leitor este conjunto de (18) estudos que o professor jubilado de Heidelberg considera preliminares à renovação dessa disciplina. São trabalhos dos últimos dez anos, apresentados em revistas, congressos, volumes de homenagem e celebrações festivas a agora reimpressos.

Sobressai a discussão metodológica – diálogo com a exegese judaica, interpretação «holística» do produto final (de cada livro e do conjunto do cânone) – e a história da investigação da redacção dos livros bíblicos. Atenção à exegese judaica e história da investigação conjugam-se no estudo introdutório («Theologie des Alten Testaments. Überlegungen zu einem Neuansatz», pp. 1-14). Respigadas as principais teologias do Antigo Testamento, de Wilhelm Vatke (1835) a Claus Westermann (1978), propõe-se o novo «Ansatz», em que a disciplina, nascida em faculdades de Teologia (cristã), deixe de ser monopólio cristão. E aqui se põem duas questões: «como se relaciona com a interpretação judaica a tentativa,

feita por um exegeta cristão, de interpretar os textos do Antigo Testamento a partir do seu contexto judaico» (p. 13); por outro lado, «que significado tem o facto de a Bíblia judaica se ter tornado uma das duas partes integrantes da Bíblia cristã e com isso ter sido colocada noutra contexto» (p. 14).

A simpatia do Autor vai declaradamente para a aproximação canónica proposta por B. Childs nos anos 70: «confesso que as minhas simpatias estão do lado de Childs...» (p. 184, em «Ez 20 und 36,16ff. im Rahmen der Komposition es Buches Ezechiel», pp. 180-184). No mesmo sentido, «Zwischen historisch-kritischer Methode und holistischer Interpretation» (pp. 23-28); «Zur Bedeutung des Kanons für eine Theologie des Alten Testaments» (pp. 54-63) e mesmo «Der Ort der Prophetie in einer Theologie des Alten Testaments» (pp. 64-71), pois, como verificara Blenkinsopp, no estágio final da redacção, Pentateuco e Profetas remetem um para o outro (segundo Dt 18,18 e 34,10, Moisés é o «profeta» por antonomásia). A perspectiva canónica ou da redacção final explica melhor do que outras a composição dos actuais livros de *Isaias* («Zur Komposition des Buches Jesaja», pp. 141-161; «Jesaja 6 im Rahmen der Komposition des Jesajabuches», pp. 162-171; «Jesaja 56,1 als Schlüssel für die Komposition des Buches Jesaja», pp. 172-179) e *Ezequiel* («Ez 20 und 36,16ff. im Rahmen der Komposition des Buches Ezechiel», pp. 180-184).

No outro ponto metodológico, R. Rendtorff pende decididamente para a valorização do contexto judaico em detrimento do cristão. Certamente, a interpretação cristológica não é a salvação do Antigo Testamento, no sentido de a Bíblia Hebraica ser desprovida de mensagem teológica sem o contexto do Novo Testamento, ou os Judeus terem perdido o direito à sua Bíblia («Christologische Auslegung als 'Rettung' des Alten Testaments?», pp. 81-93). Compreende-se que o «encontro com o Judaísmo» tenha sido um «acontecimento decisivo» (p. 115, em «Offenbarung und Geschichte», pp. 113-122) na vida do Autor, que sentiu como «grande honra» participar com uma comunicação («Rabbinische Exegese und moderne christliche Bibelauslegung», pp. 15-22, traduzida do inglês original) no Eighth World Congress of Jewish Studies (Jerusalém. 1981). São mais que legítimas e salutares as mudanças de perspectiva resultantes desses encontros vivenciais e científicos. Creio, no entanto, desnecessário e descabido sentir «um défice» (p. 15) pelo facto de ser (hóspede?) cristão num congresso de estudos judaicos

e pedir desculpa por usar a designação «Antigo Testamento» em vez da usual (em Rendtorff) «Bíblia hebraica». De quem, «como discípulo de Gerhard von Rad» tem na teologia o «interesse principal» (p. 123, em «Bund als Strukturkonzept in Genesis und Exodus», pp. 123-131) e acha que uma teologia do Antigo Testamento «tem em mira algo de diferente de uma história da religião de Israel» (p. 10) esperava-se maior diferenciação. Quem distingue entre «*interpretação* do Antigo Testamento no seu quadro canónico, isto é, sob os pressupostos e condições do seu aparecimento até à conclusão do cânone e a sua *apropriação* pela Igreja cristã» (p. 115; sublinhados do Autor) faria bem em separar a *legitimidade histórica e cultural* da interpretação judaica da sua *relevância teológica* para o cristão. «É facto que ambos, Judaísmo e Cristianismo, são religiões sucessoras do Israel bíblico. A tarefa será... definir claramente a importância teológica deste 'e'» (p. 45). Mais que a tarefa parece-me estar aí a dificuldade. O diálogo é imperioso, num terreno terrivelmente escorregadio. Reconheça-se ao Autor a coragem de o tentar: «Há duas tradições de leitura e de interpretação da Bíblia hebraica. Nenhuma delas tem o monopólio; nenhuma delas pode subestimar ou até excluir a outra» (p. 53); impõe-se a leitura e interpretação do Novo Testamento «no pano de fundo de uma comunidade judaica que continua a existir e tem a pretensão, mesmo o direito próprio, de tratar a Bíblia hebraica como fundamento da sua específica identidade religiosa e nacional» (p. 194, em «Was ist neu am 'neun Bund'», pp. 185-195). Não se trata de reivindicar «monopólios». Não vejo é como um teólogo cristão, desejoso de respeitar a identidade do interlocutor judeu, possa abdicar da sua própria identidade; tanto mais que, como o Autor reconhece, não existe um «terceiro caminho», equivalente a fazer uma «exegese 'objectiva', que considerasse a Bíblia hebraica de uma posição neutra, mas tem de ser uma exegese teológica comprometida» (*ibidem*).

Como sair da encruzilhada? «Tentar, ao menos por certo tempo, estudar a Bíblia hebraica como se não tivéssemos outra, em especial, nenhuma interpretação cristã» (*ibidem*). É o que se já se faz em artigos, congressos e simpósios interconfessionais – só que geralmente na perspectiva exegética científica (filológica, literária, histórica, arqueológica), raramente atingindo a esfera teológica. Pode-se questionar se, na perspectiva cristã, o cânone do Antigo Testamento se pode considerar encerrado antes do Novo. E parece estranho que um Autor tão equilibrado na abertura a novos métodos exegéticos sem excluir os mais antigos

(pp. 28,163) fale em «libertar a Bíblia hebraica do cativo em que foi metida pela sua (des)classificação (Abstempelung) como simples e ultrapassado estágio preparatório da Bíblia cristã» (p. 38). Se não queremos com radical coerência abandonar de vez a teologia do Antigo Testamento por uma história da religião de Israel (Rainer Albertz, em comunicação particular) pode-se ir tão longe como G. von Rad: «Tem que se perscrutar o Antigo Testamento até com o risco de ouvir vozes que não se possam imediata e facilmente compreender como cristológicas ou usar teologicamente» (citado p. 87). Não parece é que a hermenêutica «compreensiva» do Autor seja mais bem sucedida do que a que critica em A. H. J. Gunneweg.

Na história da investigação, é tão acertado valorizar o período pós-exílico como «época formativa a que o Antigo Testamento deve a sua forma actual» (p. 59, em «Zur Bedeutung des Kanons für eine Theologie des Alten Testaments», pp. 54-63; ver ainda «Das Bild des nachexilischen Israel in der deutschen alttestamentlichen Wissenschaft von Wellhausen bis von Rad», pp. 72-80) como agradável recordar a evolução dos métodos e das teorias nos últimos quarenta anos, do ponto de observação de Heidelberg («Nach vierzig Jahren», última lição, pp. 29-39).

*José Nunes Carreira*

**AVRAHAM NEGEV** (ed.), *Archaeologisches Biblelexikon*, Hänssler-Verlag, Neuhausen-Stuttgart 1991. ISBN 3-7751-1685-0.

Quase 100 anos exactos depois que W. M. Flinders Petrie, o «patriarca da arqueologia bíblica», impôs o método certo em Tell el-Hesi (1890) e a outros tantos da fundação da École Biblique de Jerusalém, sai a 2.<sup>a</sup> edição deste «Dicionário de Arqueologia Bíblica». No fundo, está a nova edição da *Archaeological Encyclopaedia of the Holy Land* (Jerusalém 1986), organizada pelo professor de Arqueologia Clássica na Universidade Hebraica de Jerusalém, A. Negev. São cerca de 600 artigos, apoiados por 344 ilustrações (além das 286 numeradas, a preto e branco e ao correr do texto, mais 58 a cores e em extratexto). Colaboraram na edição original inglesa vários arqueólogos de institutos e universidades israelitas e estrangeiros (entre estes, Jean-Baptiste Humbert, da École Biblique et Archéologique Française de Jérusalem e o falecido